

Desigualdade cai sem achatar a classe média

*Renda subiu 5,74%
entre os 10% mais
ricos em 2005, após
estagnação em 2004
e recuos anteriores*

SABRINA LORENZI
Rio

A desigualdade social vem diminuindo aos poucos nos últimos dez anos, mas em 2005, pela primeira vez no período, a classe média não teve sua renda achatada, como acontecia desde 1996. No ano passado, os 10% mais ricos aumentaram a renda média de R\$ 3,429 mil (2004) para R\$ 3,6 mil, segundo o IBGE. Cálculo da FGV para este jornal mostra que a renda per capita subiu 5,74% entre os 10% mais ricos em 2005, após ficar estagnada em 2004 e de recuar nos anos anteriores.

“O bolo cresceu com mais fermento para os mais pobres,

MAIS RICO E JUSTO			
Crescimento da renda domiciliar per capita (em %)			
	2003	2004	2005
Renda média	-5,8	3,1	6,6
Desigualdade*	-1,0	-1,9	-0,6
Bem Estar Social	-4,5	5,9	7,6

Fonte: CPS/FGV processando os microdados da PNAD/IBGE
* Coeficiente de Gini, que mede a concentração da renda
Quanto mais próximo de 1, maior a concentração

mas os ricos também se beneficiaram desta vez”, diz Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV. A renda per capita dos 50% mais pobres subiu 8,56%, semelhante ao de 2004, de 8,34%. Os 10% mais ricos, por sua vez, viram a renda per capita crescer apenas 0,68%, após recuar 7,32% em 2003 e 0,68% em 2002.

Página A-4

Recuo, sem achatar a classe média

Aumento da renda não cobriu perdas salariais iniciadas na segunda metade dos anos noventa

SABRINA LORENZI
RIO

Pela primeira vez em dez anos de queda da desigualdade social, os trabalhadores que formam a classe média também puderam participar do "crescimento do bolo". Desde 1996, a concentração de renda recua pressionada sobretudo pelo achatamento salarial da classe média. Os 10% mais ricos aumentaram a renda média de R\$ 3.429 em 2004 para R\$ 3.600 mil em 2005, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A Fundação Getúlio Vargas (FGV) calculou para este jornal que a renda per capita cresceu 5,74% entre os 10% mais ricos em 2005, depois de praticamente ficar estagnada em 2004 e recuar nos anos anteriores.

"O bolo cresceu com mais fermento para as classes mais pobres, mas os ricos também se beneficiaram desta vez", afirma Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Estudos Sociais da FGV. O especialista revela que a renda per capita dos 50% mais pobres disparou 8,56%, crescimento semelhante ao de 2004, de 8,34%. Os 10% mais ricos, por sua vez, viram a renda per capita crescer apenas 0,68%, após recuar 7,32% em 2003 e 0,68% em 2002.

A renda domiciliar per capita avançou 6,6% em média, praticamente o dobro do aumento de 2004, de 3,1%. A expansão estimulou Neri a calcular um indicador inédito: o Índice de Bem Estar Social, idealizado pelo

vencedor do prêmio Nobel de economia Amartya Sen. O indicador considera mudanças na renda per capita domiciliar e na concentração de renda, medida pelo Índice de Gini. Conclusão: o bem estar social no Brasil deu um salto de 7,6% em 2005, após um aumento já expressivo de 5,9% em 2004. "O governo atacou pobreza e desigualdade com duas frentes: programas sociais para crianças e previdência, aumento do mínimo para idosos."

A pesquisa do IBGE mostra que o Índice de Gini foi de 0,544 em 2005, o menor grau de concentração de renda desde 1981. Quanto mais próximo o índice está de zero, menor a concentração de renda. Quanto mais próximo de um, maior a desigualdade. Em 2004, o índice foi de 0,547. Além do aumento do salário mínimo, a inflação mais baixa favoreceu sobretudo a camada mais pobre da população.

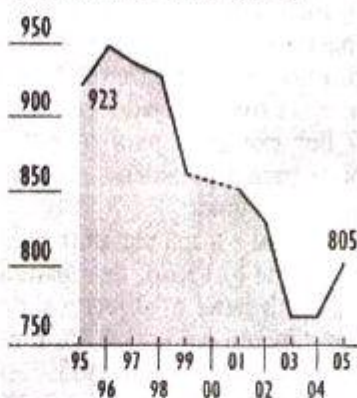
"Desta vez a desigualdade cresceu mais apoiada no crescimento dos mais pobres que propriamente na redução de renda dos que ganham mais", observa o presidente do IBGE, Eduardo Nunes. Na sexta-feira, o presidente do IBGE deu boas notícias que contrastaram com o aumento do trabalho infantil.

O nível de empregos retomou em 2005 o lugar perdido na última década, marcada por fusões e aquisições de empresas. De acordo com o IBGE, a ocupação alcançou 56,8% da população com 10 anos ou mais de idade. É o maior patamar desde 1995, quando o total de pessoas empregadas era de 57,6% da população. No caso das mulheres, o percentual de 46,4% é histórico.

A ocupação cresceu 2,9% no ano passado, mas não foi suficiente para absorver toda a procura por emprego. Resultado: a taxa de desemprego cresceu de

REAÇÃO, DEZ ANOS DEPOIS

Rendimento médio mensal real de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, com rendimento de trabalho (em R\$)



Fonte: Pnad/IBGE

8,9% para 9,3%. "Não podemos considerar essa taxa para fazer um julgamento do mercado de trabalho, pois a desocupação ocorreu por causa da procura e do próprio aquecimento do mercado", afirmou Vandeli Guerra, da coordenação da Pnad.

Outros fatores sustentam a melhoria no perfil do mercado de trabalho. O rendimento cresceu pela primeira vez em dez anos. A renda média do trabalho chegou a R\$ 805 em 2005, depois de registrar R\$ 770 em 2004. A alta, porém, não cobriu as perdas salariais que marcaram a segunda metade dos anos 90 e o início da década atual, ao contrário do que aconteceu no nível de empregos.

O aumento da renda está relacionado ao surgimento de vagas qualificadas. Os cargos de chefia foram os que mais cresceram entre as categorias investigadas pelo IBGE. A categoria de dirigentes aumentou participação de 4,8% para 5,1% no universo dos empregados. Em relação ao tempo de estudo, a parcela que cresceu na ocupação foi a que trata de pessoas com 11

anos ou mais de estudo, de 33,7% para 35,4%. As pessoas sem instrução ou com menos tempo de estudo, por outro lado, perderam espaço no mercado.

Carca de 1,3 milhões de empregos com carteira assinada foram criados em 2005. O trabalho informal, ao mesmo tempo, perdeu força, com redução do total de pessoas que trabalham sem remuneração e por conta-própria. Mesmo assim, a informalidade no Brasil ainda espanta: 73,8% dos trabalhadores não possuem carteira de trabalho.

A melhoria no perfil do mercado de trabalho, contudo, passou longe do campo. A crise na agricultura reduziu a participação do emprego agrícola na população ocupada e, mais grave, aumentou o trabalho infantil. Um retrocesso após 12 anos consecutivos de retirada de crianças do mercado.

"Com a queda na renda no campo, mais braços na própria família são necessários. As crianças acabam tendo de trabalhar para agricultura de subsistência, para ajudar a família a se sustentar", disse Nunes.

O emprego infantil deu um salto de 10,3% em 2005. Cerca de 252 mil crianças de 5 a 14 anos que não trabalhavam em 2004 passaram a trabalhar. O crescimento é mais intenso no Sul e no Nordeste, onde a seca prejudicou mais rigorosamente as plantações. O Sudeste foi a que teve menor número de crianças trabalhando (8,6%), vindo em seguida o Centro-Oeste (10,5%). No outro extremo, ficou o Nordeste (15,9%), seguido pelo Sul (14,0%). O percentual no Norte foi de 13,1%. O dado contrasta com o crescimento do Bolsa-Família, que aumentou de 6,5 milhões para 8,7 milhões o total de famílias beneficiadas.